

## **EMPREENDEDORISMO NO SECTOR PRIMÁRIO: CASO ESTUDO DA INCUBADORA DE EMPRESAS DE BASE RURAL DE IDANHA-A-NOVA**

---

**Deolinda Fonseca Alberto;** [deolinda@ipcb.pt](mailto:deolinda@ipcb.pt), Escola Superior Agrária de Castelo Branco, Quinta da Sr.ª de Mércules, 6000-909 Castelo Branco

**António Moitinho Rodrigues,** Escola Superior Agrária de Castelo Branco, Quinta da Sr.ª de Mércules, 6000-909 Castelo Branco

**Resumo:** As incubadoras de empresas são importantes instrumentos de desenvolvimento regional, uma vez que, através da oferta de um conjunto de serviços operacionais e financeiros, criam condições que facilitam e promovem o empreendedorismo, a geração de novas empresas e a transferência de conhecimentos/tecnologia. Ao reduzir os riscos inerentes ao período inicial de funcionamento da empresa, as incubadoras potenciam o crescimento e a taxa de sucesso de novas empresas contribuindo, assim, para a revitalização e crescimento económico da região onde se inserem. Situado na NUT III Beira Interior Sul, o concelho de Idanha-a-Nova é um território de baixa densidade, caracterizado por um forte decréscimo populacional e uma estrutura produtiva que assenta, fundamentalmente, no sector primário. Numa perspetiva de valorização do território e de pleno aproveitamento dos recursos endógenos, a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, a Escola Superior Agrária de Castelo Branco e a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro constituíram, em parceria, a Incubadora de Empresas de Base Rural de Idanha-a-Nova. Este projeto visa apoiar o estabelecimento de jovens agricultores numa área de terreno de 552 hectares que se encontrava devoluta após a desativação, por parte do Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, da Herdade Experimental do Couto da Várzea. O funcionamento da incubadora de empresas de base rural já permitiu a constituição de 40 empresas, com uma área total de 463,73 hectares que se dedicam, fundamentalmente, à produção frutícola e hortícola, integrando uma forte componente de inovação, quer ao nível das espécies cultivadas, quer no que respeita à tecnologia de produção. Estas empresas vão revitalizar o tecido produtivo, criar novos postos de trabalho e contribuir para o aumento do VAB regional. Nesta comunicação, para além da apresentação do projeto, serão também apresentados alguns dados que permitirão inferir sobre o impacto positivo que a implementação deste projeto poderá ter no desenvolvimento do concelho de Idanha-a-Nova.

**Palavras-Chave:** Incubadora de Empresas, Empreendedorismo, Sector Primário, Inovação.

### **1 – Introdução**

A temática do desenvolvimento regional desde logo constitui uma das linhas de investigação mais importantes no seio da economia regional. Partindo do conceito de região explicitado por Isard (1975) de uma área com significado próprio devido às suas características físicas, culturais, económicas e sociais, a investigação sobre o desenvolvimento regional tenta explicar o modo como essas características se articulam entre si, criando dinâmicas específicas conducentes a um aumento no rendimento regional e na qualidade de vida das populações.

O primeiro paradigma do desenvolvimento – desenvolvimento exógeno – minimizava as características intrínsecas e estruturantes das regiões e centrava-se numa explicação economicista do desenvolvimento baseada no princípio do livre funcionamento dos mercados. A falta de resposta dos modelos clássicos para explicar as profundas alterações que se verificavam, em parte determinadas pelo fenómeno da globalização, levou ao aparecimento de um novo paradigma – desenvolvimento endógeno- que coloca as questões territoriais no centro do debate. A articulação dos recursos existentes com as inovações de carácter local, ao nível de produto e de processo, possibilita o aparecimento de estruturas produtivas com

elevado nível de diferenciação e flexibilidade ou seja com maior capacidade competitiva face à economia global.

O aparecimento destas estruturas produtivas depende do nível de envolvimento e formas de participação dos atores locais nomeadamente as empresas, as instituições de ensino/formação/investigação e outras instituições públicas suscetíveis de criar as condições de base necessárias para a criação e desenvolvimento de novas empresas.

O concelho de Idanha-a-Nova localizado na NUT III Beira Interior Sul é um território de base rural caracterizado por um acentuado decréscimo populacional, fraca qualificação da mão-de-obra e baixa densidade empresarial.

Os recursos endógenos mais valiosos situam-se no sector agrícola e agro-industrial. A certificação (selos DOP e modo de produção biológico) foi um dos veículos encontrados para aumentar o valor acrescentado dos produtos regionais; a plena utilização do empreendimento hidroagrícola da Campina da Idanha possibilitou a introdução de culturas de regadio, nomeadamente hortícolas, igualmente, valorizados pelo mercado. A transformação das matérias primas agrícolas na região potencia o aumento do valor acrescentado bruto regional. Na perspetiva de valorização dos recursos endógenos, o sector agrícola surge, assim, como um dos principais eixos de construção do desenvolvimento regional.

A Incubadora de Empresas de Base Rural de Idanha-a-Nova é um projeto que visa estimular o empreendedorismo de base rural promovendo o aparecimento de novas empresas agrícolas de carácter inovador, orientadas para o mercado e que, simultaneamente, constituam uma mais valia regional e proporcionem aos empresários a qualidade de vida desejada.

Aproveitando os terrenos da Herdade do Couto da Várzea, antiga herdade experimental que entretanto foi desativada pelo Ministério da Agricultura, a incubadora de empresas resulta da articulação de três entidades: a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, proprietária do espaço, a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, principal dinamizadora do projeto, que oferece apoio técnico e administrativo e o Instituto Politécnico de Castelo Branco que proporciona o apoio científico e tecnológico.

Apesar de se tratar de um projeto muito recente (o primeiro contrato de ocupação do espaço foi assinado em Outubro de 2011), já foram constituídas 40 novas empresas e apenas falta atribuir 16% da área total.

No que respeita à estrutura da comunicação, no ponto 2, apresentar-se-á o enquadramento teórico; seguidamente (ponto 3.1) uma contextualização do território evidenciando as dinâmicas demográficas e económicas, a apresentação do caso da Incubadora de Empresas de Base Rural de Idanha-a-Nova (ponto 3.2) e as principais conclusões (ponto 4).

## **2 – O Papel das Incubadoras de Empresas no Desenvolvimento Regional**

### **2.1 – O Conceito de Desenvolvimento Regional**

O conceito de desenvolvimento regional resulta da integração da variável espaço na temática do desenvolvimento que, assim, aparece ligado a uma referência espacial concreta – a região.

Subjacente a este conceito está o pressuposto que a organização espacial e o desenvolvimento se encontram estritamente relacionados: “a organização espacial vai condicionar, naturalmente, o desenvolvimento embora este condicione também a organização espacial, porque por um lado cria mobilidade e acesso e, por outro, maiores oportunidades para uma conveniente utilização dos recursos (Lopes, 1984: 19).

Myrdal (1974) define desenvolvimento como o movimento ascendente de todo um sistema social; sendo este caracterizado por um conjunto de fatores endógenos, económicos e não económicos e, ainda, um conjunto de elementos exógenos induzidos pelas políticas públicas aplicadas nesse sistema. Para Nelson (1993) o termo desenvolvimento regional refere-se a alterações na produtividade regional, medida em termos de população, emprego, rendimento ou valor acrescentado; refere-se, ainda, a fatores de carácter social como por exemplo, mais e melhores serviços públicos e qualidade ambiental. Blakely (1994) considera que desenvolvimento é o esforço feito por uma comunidade na utilização dos seus recursos físicos,

humanos, sociais e económicos no sentido de criar um sistema económico auto sustentado. Para este autor o objetivo, primeiro, do desenvolvimento regional deverá ser a criação de mais e melhores oportunidades de emprego.

Lopes (1984: 20) refere que “o desenvolvimento impõe condições de equilíbrio, harmonia e justiça social cuja verificação vai depender da racionalidade que seja possível impor à organização espacial da sociedade”. Aydalot (1985) afirma que durante 30 anos, o desenvolvimento foi encarado como um conjunto de mutações quantitativas nas variáveis produto e rendimento; o desenvolvimento baseava-se numa ótica produtivista e funcionalista em que o espaço era o suporte físico das atividades económicas. O moderno conceito de desenvolvimento entra em rutura com esta lógica funcionalista e propõe o retorno a uma ótica territorial: é no quadro local, pela valorização dos recursos locais, com a participação de atores locais que o desenvolvimento poderá, realmente, responder às necessidades das populações (Aydalot, 1985).

A partir da década de 80 do século XX, os modelos de desenvolvimento regional de base exógena, começam a ser postos em causa fundamentalmente porque os resultados das políticas regionais ficaram aquém do que era esperado. É neste contexto que surgem as abordagens territorialistas que centram o desenvolvimento no potencial próprio de cada território: de uma conceção exógena do desenvolvimento passa-se para uma conceção endógena.

A questão chave para o desenvolvimento regional deixa de ser a atratividade da região para atrair investimento externo e centra-se, nas condições e capacidades internas de transformação produtiva regional. Desenvolvimento e região ficam, assim, intrinsecamente relacionados uma vez que o processo de desenvolvimento se enceta a partir dos recursos endógenos (Friedmann e Weaver, 1979; Henriques, 1990; Santos, 2005).

O paradigma territorialista ou endógeno “chama a atenção para os recursos idiossincráticos nomeadamente o chamado capital social que se traduz na valorização da pertença social ou seja, dos padrões culturais locais. A tónica é também posta na valorização dos recursos naturais de cada território e na sua exploração racional e sustentável” (Dinis, 2004:159).

Outra perspetiva desta corrente (Henriques, 1990; Dinis, 2004) é o facto de situar o centro de decisão na própria região e esta proximidade com os atores locais é encarada como um fator promotor de eficiência. O aproveitamento de dinâmicas comunitárias pré-existentes e a sua evolução para redes económicas integradas possibilita a adoção de estratégias locais de desenvolvimento, isto quer dizer, que o espaço/região deixa de ser encarado como mero suporte das atividades produtivas e, passa a ser, um agente de desenvolvimento ativo.

A inovação é o ponto fulcral do desenvolvimento regional. É através da inovação que as empresas regionais se vão afirmar num contexto económico global e participar ativamente nos fluxos comerciais, o que permitirá gerar um maior valor acrescentado bruto regional. Assim, torna-se importante gerar as condições que potenciem a inovação e o aparecimento de empresas inovadoras. Deste modo o desenvolvimento de uma região e a sua dinâmica territorial dependem, segundo Simões (2005) da (in) capacidade dos territórios em promoverem trajetórias qualificantes de desenvolvimento assentes no fomento do respetivo potencial regional de inovação.

A constituição de novas empresas, nomeadamente empresas inovadoras aparece, pois, como um dos fatores chave para a promoção do desenvolvimento regional. Deste modo importa criar as condições de base que potenciem o aparecimento destas novas empresas.

## **2.2 – Empreendedorismo e Incubadoras de Empresas**

As incubadoras de empresas têm assumido um importante papel na criação de condições que facilitam e promovem o empreendedorismo, na geração de novas empresas e na transferência de conhecimentos e tecnologia (Etzkowitz, 2003; Marques, 2005; Caetano, 2012).

As incubadoras de empresas facilitam a transformação de ideias de negócio em empresas viáveis; segundo Marques (2005), as incubadoras proporcionam diversas condições de

funcionamento e financiamento a baixo custo, no sentido de projetar o desenvolvimento de novos negócios e acelerar o crescimento de empresas com potencial para se tornarem geradoras de riqueza e de emprego.

A redução dos riscos iniciais inerentes ao processo de criação empresarial, o fornecimento de um espaço de trabalho e de um conjunto de serviços de apoio (administrativo, financeiro, técnico e científico) proporciona um ambiente empresarial potenciador do arranque e desenvolvimento de novas empresas.

Ao fomentarem o empreendedorismo criando condições para a criação de empresas e possibilitando a atração e fixação populacional, as incubadoras de empresas contribuem para o desenvolvimento e melhoram a capacidade competitiva regional.

Existem diversos tipos de incubadoras de empresas, cada uma com o seu modelo de funcionamento; no entanto, e no que respeita a características de base, existem quatro componentes e três atores fundamentais (Caetano, 2012; Marques, 2005):

- Espaço físico partilhado que é arrendado em condições favoráveis às empresas incubadas;
- Conjunto de serviços de apoio partilhados com as empresas o que permite a redução de custos;
- Serviços de apoio às empresas ou consultoria de cariz profissional;
- Acesso a redes internas e externas.

Os atores fundamentais são: a entidade promotora, os investidores e os empreendedores que pretendem estabelecer-se na incubadora.

A entidade promotora conduz as operações a as atividades práticas como por exemplo a definição dos critérios e a seleção dos projetos que devem ser apoiados; os investidores fornecem o capital necessário ao funcionamento da incubadora e os empreendedores participam com as suas ideias e trabalho.

A tipologia de incubadoras de empresas é, igualmente, muito diversa e tem vindo a alterar-se ao longo do tempo.

Tabela n.º1 – Tipologias de Incubadoras de Empresas

Tipo	Filosofia Principal: Contato com	Objetivo Principal	Objetivos Secundários	Sectores Envolvidos
<b>Incubadoras Mistas</b>	Falta de empresas	Criar <i>start-ups</i>	Criação de Emprego	Todos
<b>Incubadoras de Desenvolvimento Económico</b>	Disparidades regionais ou Locais	Desenvolvimento regional	Criação de empresas	Todos
<b>Incubadoras Tecnológicas</b>	Falta de desenvolvimento empresarial	Estimular o empreendedorismo	Estimular a investigação; <i>start-ups</i> tecnológicas	Foco nas novas tecnologias
<b>Incubadoras Sociais</b>	Lacunas sociais	Integração de categorias sociais	Criação de emprego	Sectores sem fins lucrativos
<b>Incubadoras de Investigação Básica</b>	Falta de inovação	Investigação	<i>Spin-offs</i>	Alta tecnologia

Fonte: Caetano, 2012.

Contextualizando para o caso em análise a Incubadora de Empresas de Base Rural de Idanha-a-Nova tem uma entidade promotora tripartida: a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, proprietária dos terrenos a ceder às empresas; a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, entidade que gere o funcionamento da incubadora e proporciona apoio administrativo, técnico e facilita os contactos com as entidades financiadoras e, o Instituto Politécnico de Castelo Branco (Escola Superior Agrária) responsável pelo acompanhamento científico e facilitador da transferência tecnológica. Não existe uma entidade financiadora específica, o financiamento das empresas que se estabelecerem no âmbito da incubadora será suportado pelos próprios empresários com recurso, eventual, ao crédito bancário.

Trata-se de uma incubadora de base rural, especializada, uma vez que se destina a apoiar, exclusivamente, a constituição de empresas agrícolas. Relativamente à tipologia apresentada a Incubadora de Empresas de Base Rural de Idanha-a-Nova apresenta características híbridas, comuns às incubadoras de desenvolvimento regional e às mistas: com efeito, o projeto da incubadora pretende atrair empreendedores, criar empregos e novas empresas numa perspetiva de desenvolvimento de uma região cujos principais recursos endógenos se encontram no sector agrícola.

### 3 – Caso Estudo: A Incubadora de Empresas de Base Rural de Idanha-a-Nova

#### 3.1 – Breve Caracterização do Concelho de Idanha-a-Nova

Localizado na NUT III Beira Interior Sul (juntamente com os municípios de Castelo Branco, penamacor e Vila Velha de Ródão), fazendo fronteira com Espanha, o município de Idanha-a-Nova ocupa uma superfície territorial de 1416,3Km<sup>2</sup> e apresenta, em 2011, uma população de 9703 habitantes; a densidade demográfica, uma das mais baixas do território português é de 6,9 habitantes/Km<sup>2</sup>.

Os dados demográficos disponibilizados pelo INE (INE, 2012) mostram que se trata-se de um concelho em recessão demográfica e com elevados índices de dependência de idosos (78,5) e de envelhecimento (448,3).

Quadro 1 – População residente (n.º) e variação populacional ( $\Delta\%$ )

Município	1991 (n.º)	2001 (n.º)	2011 (n.º)	1991/2001 ( $\Delta\%$ )	2001/2011 ( $\Delta\%$ )
Idanha-a-Nova	13.630	11.659	9.597	- 14,5	-17,7

Fonte: INE (2012)

Os dados dos três últimos censos registam uma perda populacional contínua: o concelho perdeu 14,5% da população entre 1991 e 2001 e volta a perder 17,7% entre 2001 e 2011 (quadro 1). No que respeita à estrutura etária os dados obtidos no último censo encontram-se sintetizados no quadro 2.

Quadro 2 – Estrutura da população residente por grupo etário (%) e índice de envelhecimento em 2011

Grupo Etário	0 -14	15 - 24	25-64	65	Índice de envelhecimento
Idanha-a-Nova	8,8	7,9	42,6	40,8	448,3

Fonte: INE (2012)

Estes dados mostram uma acentuada concentração nos escalões etários de topo e, conseqüentemente, um estreitamento nos escalões mais jovens.

Os dados demográficos mostram que a região não tem capacidade de atração populacional o que justifica o valor de -2,53% na taxa de crescimento efetivo e de -2,33% na taxa de crescimento natural (INE, 2012).

A dinâmica demográfica do concelho é, segundo estes dados, preocupante: um decréscimo populacional acentuado aliado a um progressivo envelhecimento; deste modo o capital humano assume-se como um fator crítico ao desenvolvimento, tornando premente a adoção de medidas que visem a fixação de população jovem e qualificada no município.

A estrutura empresarial do concelho apresenta-se muito débil: segundo dados do INE (2010) existiam no concelho, em 2009, 609 empresas ou seja uma densidade empresarial de 0,4 empresas/Km<sup>2</sup>; no que respeita à sua dimensão trata-se de muito pequenas e pequenas empresas, sendo que 601 empresas empregam menos de 10 trabalhadores, 7 empresas empregam entre 10 e 49 trabalhadores e, apenas, 1 empresa emprega mais de 50 trabalhadores. No conjunto estas empresas geram um volume de vendas de 74,7 milhares de euros e empregam 1319 pessoas.

O contexto empresarial no concelho tem sido marcado por uma progressiva diminuição do número de empresas em atividade (redução de 45,5%, entre 2000 e 2008) e, conseqüentemente, pela diminuição acentuada do número de trabalhadores registando-se uma quebra superior a 100%, no mesmo período (CEDRU, 2011).

No que respeita à estrutura do emprego (INE, 2010) verifica-se uma preponderância do sector terciário que emprega 49,7% dos ativos, face aos 19,1% que trabalham no sector secundário. O sector primário, ao empregar 31,2% dos ativos (a média nacional de trabalhadores no sector primário é de 5%), assume um importante papel na economia regional sendo um dos sectores chave para o crescimento do PIB regional.

Seguindo a nomenclatura CAE-Rev.3 e de acordo com os dados estatísticos (INE, 2010) a atividade empresarial do concelho de Idanha-a-Nova centra-se nos sectores do comércio por grosso e retalho (28% das empresas), do alojamento, restauração e afins (20%), dos outros serviços (8,4%) e da indústria transformadora (6,9%).

A indústria transformadora assenta, fundamentalmente, nos subsectores agroalimentar (45% do número de empresas, 10,3% do VAB regional e 6,9% do volume de negócios) e madeira e cortiça (21% do número de empresas na indústria transformadora); esta estrutura industrial remete, novamente, para a importância do sector primário na região uma vez que estas empresas laboram, essencialmente, matérias-primas regionais (CEDRU, 2011; INE, 2010).

No que respeita à qualificação dos ativos, os dados do quadro 3 indicam que, no geral, os ativos do concelho de Idanha-a-Nova apresentam um baixo nível de qualificação, facto que é limitativo ao estabelecimento de empresas em sectores de média e alta tecnologia.

Quadro 3 – Qualificação da população residente em 2001

Unidade Territorial	Proporção da população residente c/ ensino superior (%)	Proporção da população residente c/ pelo menos a escolaridade obrigatória (%)	Taxa de analfabetismo (%)
Idanha-a-Nova	2,1	17,0	32,1

Fonte: Datacentro (2012)

Os dados estatísticos referentes ao empreendedorismo apenas se encontram desagregados ao nível da NUT III, não existindo assim, todos ao nível concelhio, razão pela qual no quadro 4 apenas se apresenta os dados referentes à NUT II (Centro) e à NUT III (Beira Interior Sul).

Quadro 4 - Indicadores de Empreendedorismo

Unidade Territorial	Taxa de natalidade de empresas (%)	Taxa de sobrevivência de empresas a 2 anos (%)	Taxa de mortalidade de empresas (%)
Centro	13,5	52,5	19,2
Beira Interior Sul	13,2	52,8	17,1

Fonte: Datacentro (2012)

Os valores dos indicadores na Beira Interior Sul são semelhantes aos valores registados na Região Centro; o valor da taxa de sobrevivência de empresas a 2 anos remete-nos e para a necessidade de políticas públicas que apoiem o arranque e consolidação das novas empresas e, neste contexto, as incubadoras de empresas assumem particular importância.

O concelho de Idanha-a-Nova encontra-se provido de uma boa rede de estradas municipais e nacionais, que ligam as suas principais localidades e o concelho à região envolvente, incluindo as ligações transfronteiriças com Espanha. A principal via de comunicação existente é a A23; esta ligação, juntamente com a Linha Ferroviária da Beira Baixa, assume-se como um importante fator locativo, potenciador de um novo quadro de oportunidades económicas (CEDRU, 2011).

### 3.2 – A Incubadora de Empresas de Base Rural de Idanha-a-Nova

A Incubadora de Empresas de Base Rural de Idanha-a-Nova (IEBRIN) é um projeto conjunto da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova (CMIN), do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) e do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT) através da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC), que tem como objetivos principais a dinamização da Herdade do Couto da Várzea (abandonada pela DRAPC após a reestruturação do MAMAOT) e a promoção do empreendedorismo agro - silvo pastoril no concelho de Idanha-a-Nova.

De acordo com os promotores o projeto da IEBRIN visa, também, os seguintes objetivos específicos (IEBRIN, 2011):

- Constituir um mecanismo de acesso à terra, que contribua para a ampliação e consolidação da agricultura, local, regional e nacional;
- Criar condições para o aparecimento de empresas de base rural produtivas e sustentáveis que venham a estimular, indiretamente, outros setores da economia;
- Contribuir para o rejuvenescimento do sector primário no território e do seu tecido empresarial dando prioridade aos jovens agricultores;
- Promover a ligação entre o meio científico e a comunidade através da concretização de ideias em negócios inovadores;
- Fomentar a ligação a redes homólogas internacionais, para intercâmbio de experiências e contatos, e estimular a comercialização para o exterior;
- Criar um conjunto de serviços de apoio às empresas em incubação, bem como mecanismos de acesso ao meio científico e tecnológico.

Estes objetivos específicos vão ao encontro da solução de alguns dos principais problemas com que o município se depara nomeadamente o envelhecimento da população e do tecido empresarial, o reduzido número de empresas e seu carácter tradicional em que a inovação e a orientação para o mercado necessitam de estímulo. Por outro lado, pretendeu-se colmatar alguns dos fatores limitantes à fixação de jovens agricultores, como por exemplo, o acesso ao mercado da terra e a falta de apoio técnico para a conceção e implementação do plano de exploração.

No que respeita a áreas de investimento preferenciais foram definidas as seguintes:

- Produção agrícola integrada ou biológica (hortícolas, pomares, cereais);
- Olival;
- Produção de plantas ornamentais, aromáticas e medicinais;
- Produção de cogumelos;
- Produção de sementes e propágulos (variedades regionais ou outras de interesse para bancos de germoplasma);
- Produção, embalagem e comercialização de produtos locais;
- Produção animal tradicional e biológica;
- Engorda e acabamento de animais;
- Desenvolvimento de projetos de investigação agro pecuária;
- Projetos de turismo em espaço rural;
- Outros serviços (consultoria agrícola, comercialização de máquinas e equipamentos agrícola, por exemplo).

Na definição destas áreas foram tidas em conta as características edafo climáticas do concelho. A prioridade dada a empresas que privilegiem os métodos de produção integrado ou biológico justifica-se pelo facto da autarquia ter assumido o compromisso da sustentabilidade em toda a sua área de atuação.

No que respeita à estrutura de gestão, a IEBRIN será dirigida por um técnico nomeado pela CMIN. É à Comissão de Avaliação, Acompanhamento e Supervisão (CAAS), constituída por 3 elementos em representação de cada uma das entidades promotoras que compete analisar e avaliar as candidaturas, emitir parecer técnico sobre a seleção das candidaturas, acompanhar

o desenvolvimento das empresas selecionadas, analisar periodicamente os seus resultados e, se for caso, aconselhar aos empresários a adoção de novas estratégias. Se se justificar, a CAAS pode convocar peritos para participarem nas reuniões e emitirem pareceres técnicos.

A área da herdade do Couto da Várzea (552 ha) foi dividida em três tipos de espaços:

- Espaços livres para produção – que dizem respeito às áreas destinadas ao desenvolvimento de projetos de produção pecuária e agro-silvo pastoril;
- Espaços urbanos – que respeitam aos edifícios e construções, suscetíveis de utilização complementar ou auxiliar às atividades produtivas, incluindo a residência dos candidatos ou para atividades complementares autónomas;
- Espaços associativos – os destinados a ocupação por entidades de carácter associativo.

O processo de candidatura à IEBRIN processa-se do seguinte modo: os candidatos (empresários em nome individual ou empresas) manifestam o seu interesse através do preenchimento de um formulário onde se identifica e caracteriza o projeto ou ideia de negócio a desenvolver; este formulário é entregue na CMIN que o encaminha para o técnico responsável pela IEBRIN para organização do dossiê de candidatura; seguidamente os dossiers serão submetidos a uma primeira apreciação por parte da CAAS.

Após esta análise, os candidatos que apresentem os projetos considerados mais interessados são convidados a formalizar a sua candidatura através da apresentação de um formulário de candidatura, de um estudo de viabilidade técnica, económica e financeira e, ainda, por outra documentação tida como necessária. As candidaturas são entregues na CMIN, validadas pelo técnico responsável e submetidas a um novo processo de avaliação por parte da CAAS. Após análise e avaliação da CAAS as candidaturas aprovadas terão de ser homologadas por parte da CMIN.

No que respeita às condições de elegibilidade do projeto, exige-se um investimento pessoal mínimo de 5.000€ e, o candidato deve demonstrar que estão asseguradas as fontes de financiamento para o total do investimento previsto.

Os projetos serão avaliados de acordo com os critérios que seguidamente se apresentam:

- Ser jovem empresário agrícola ou criar o seu próprio emprego;
- Projetos inovadores, técnica e economicamente eficientes;
- Projetos em áreas prioritárias previamente definidas;
- Criação de postos de trabalho;
- Projetos ambientalmente sustentáveis;
- Fixação de residência na exploração ou em local que não diste da mesma em mais de 10Km;
- Ser licenciado pela Escola Superior Agrária do IPCB;
- Projetos eficientes na utilização da água;
- Percentagem de capitais próprios no financiamento do investimento;
- Projetos com maior valor acrescentado para o desenvolvimento local.

Após a aprovação do projeto, os seus promotores assinam com a CMIN um contrato referente às condições de incubação, nomeadamente as condições de utilização dos espaços contratados, as regras de acesso e utilização das infra estruturas e serviços comuns, os valores das rendas a pagar, os prazos de duração dos contratos e condições de renovação, as sanções por não cumprimento do contrato e as cláusulas de rescisão ou exclusão.

Os promotores dos projetos aprovados receberão, gratuitamente, diversos tipos de apoio: a CMIN disponibiliza apoio técnico – administrativo, facultando a informação sobre programas nacionais e comunitários especialmente orientados para o apoio às suas iniciativas empresariais, facilitando-lhes o contacto com as entidades responsáveis e apoia a organização das candidaturas; no que respeita ao apoio financeiro, a CMIN facilita os contactos com instituições financeiras e apoia na formalização dos pedidos de financiamento.

A Escola Superior Agrária do IPCB (ESACB) fornece apoio científico e tecnológico na forma de consultoria (durante todo o período de vida útil do projeto) e formação profissional ao

promotor. Estes beneficiarão, também, de acesso privilegiado aos laboratórios e outros serviços da ESACB.

O período de permanência na incubadora varia consoante os projetos e os espaços a atribuir: os espaços associativos têm um período de utilização de 4 anos ao qual pode ser acrescentado mais um ano por indicação da CAAS, os espaços livres para produção podem ser ocupados por um período de 7 anos, renováveis anualmente até um máximo de 10 anos; os espaços urbanos estão associados ao período de permanência do projeto de investimento.

No caso de projetos que impliquem plantações de espécies arbóreas ou projetos com volumes de investimento elevados, a prazo máximo de permanência é de 20 anos.

A IEBRIN apesar de ser um projeto recente (o primeiro contrato foi assinado em Outubro de 2011), tem vindo a ser implementado a bom ritmo. Dos 552 ha da área total da Herdade do Couto da Várzea já foram atribuídos (até Junho de 2012) 481,26 ha tendo sido constituídas 45 novas empresas, a maioria (91%) empresas a título individual e 9% sociedades.

A IEBRIN apesar de ser um projeto recente (o primeiro contrato foi assinado em Outubro de 2011) tem vindo a ser implementado a bom ritmo. Dos 552 ha da área total da Herdade do Couto da Várzea já foram atribuídos 463,73 ha através de 40 contratos assinados até Junho de 2012. Foram constituídas 40 novas empresas, a maioria (92,5%) empresas a título individual e 7,5% sociedades.

No que respeita ao género, 51,4% dos promotores individuais são mulheres e 48,6% são homens. A idade média é de 33,5 anos, variando entre o mínimo de 23 e o máximo de 58 anos (Figura 1). Os promotores são, maioritariamente, oriundos da Região mas existem vários casos de promotores com origem em grandes centros urbanos e um deles é de nacionalidade japonesa. Alguns daqueles promotores são detentores do grau bacharel e/ou licenciado e fixaram ou pretendem fixar residência no concelho de Idanha-a-Nova. Esta situação vai permitir reduzir o índice de envelhecimento e a taxa de analfabetismo e aumentar a qualificação média dos residentes no Concelho.

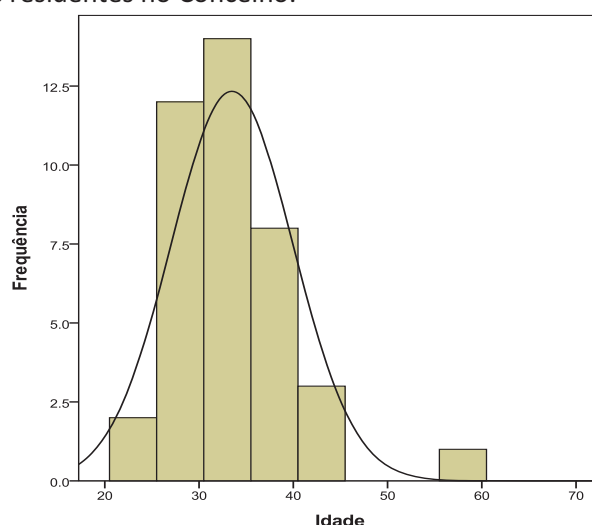


Figura 1 - Distribuição das idades dos promotores com contratos assinados até Junho de 2012 (N=40; idade média=33,5 anos).

No que diz respeito às atividades praticadas verifica-se que elas são diversificadas e apresentam algum carácter inovador face aos sistemas de produção agrícola tradicionais do concelho de Idanha-a-Nova. Os dados constantes do quadro 5 referem-se a Junho de 2012.

Quadro 5 – Orientação Produtiva e área ocupada (ha) das empresas constituídas no âmbito da IEBRIN.

Orientação Produtiva	Área Ocupada (ha)	%
Frutos vermelhos (N=23 promotores)	104,20	22,47

Mirtilos	(75,90)	
Cerejas	(16,03)	
Groselha/amora	(12,27)	
Olival (N=2 promotores)	40,96	8,83
Horticultura (N=7 promotores)	107,61	23,21
Apicultura (N=1 promotor)	0,74	0,16
Culturas Arvenses (exportação e milho alvo, alpista e colza) (N=2 promotores)	80,93	17,45
Plantas Aromáticas e Medicinais (N=3 promotores)	7,68	1,66
Melhoramento animal (N=1 promotor)	52,38	11,30
Bovinos de carne (N=1 promotor)	69,23	14,93
Total	463,73	100,00%

Da análise do quadro 5 é de realçar a área ocupada pelos “frutos vermelhos” (cerca de ¼ da área total ocupada) que é uma atividade nova na região e, neste caso, claramente orientada para o mercado internacional. Já na orientação produtiva culturas arvenses para exportação e também para produção de milho alvo, alpista e colza, a inovação está na utilização do método de produção biológico em detrimento dos métodos convencionais. De realçar que as sementes produzidas destinam-se a uma indústria de alimentos para animais de companhia também localizada no concelho.

Nos hortícolas, o destaque vai para a produção de hortícolas frescas variadas, melancia sem semente e melancia de polpa amarela, produtos inovadores e valorizados pelo mercado.

#### 4 – Conclusões

A IEBRIN, em 8 meses de funcionamento, permitiu a criação de 40 novas empresas sendo 37 empresas em nome individual e 3 sociedades. Maioritariamente são geridas por jovens empresários (a idade média é de 33,5 anos) oriundos da região (NUT III) com qualificação académica e profissional. Alguns destes empresários são provenientes de zonas urbanas com formação superior que resolveram fixar-se no concelho de Idanha-a-Nova.

Atendendo à forte recessão demográfica que afeta a região a atração populacional, nomeadamente de jovens, constitui uma mais-valia para o concelho.

No que respeita à orientação produtiva verifica-se que algumas empresas continuam a apostar em produções tradicionais, como o olival e a produção animal; outras optaram pela inovação de processo, através da implementação do modo de produção biológico e, outras, optaram por inovar ao nível do produto com a introdução de novas culturas na região como é o caso do mirtilo, da groselha e da amora.

Em todas as empresas regista-se uma orientação para o mercado e, em muitos casos, verifica-se uma integração vertical, sendo que as matérias-primas aqui produzidas são transformadas, também, a nível do concelho, criando-se uma cadeia de valor potenciadora do VAB regional.

A transferência de tecnologia e de conhecimentos, subjacente ao processo de inovação nas empresas, é possível dada a presença do IPCB enquanto instituição copromotora do projeto.

A IEBRIN ao potenciar a reestruturação e revitalização do sector agrícola, a constituição de novas empresas e conseqüente criação de emprego e a possibilitar o estabelecimento de dinâmicas de rede entre a produção agrícola e a transformação agroindustrial, assume-se como um projeto âncora para o desenvolvimento do concelho de Idanha-a-Nova.

#### 5 – Referências Bibliográficas

- Aydalot, P. (1985), *Economie Régionale et Urbaine*, Éditions Economica, Paris.
- Blakely, E. (1994), *Planning Local Economic Development*, Sage Publications, London.
- Caetano, D. (2012), *Empreendedorismo e Incubação de Empresas*, bnomics, Lisboa.
- CEDRU (2011), *Estudo de Viabilidade de Investimentos Agro-Industriais de Produção de Álcool e de Biomassa na Região de Idanha-a-Nova*, CEDRU/CMIN, Idanha-a-Nova.

- Datacentro (2012), *Informação para a Região*, CCDRC, disponível em <http://datacentro.ccdrc.pt> acedido em 10 de Setembro de 2012.
- Dinis, A. (2004), *Empresarialidade em Meios Rurais e Periféricos. Um Modelo Multidimensional de Análise*, Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Etzkowitz, H. (2003), Innovation in innovation: the triple helix of university-industry-government relations, *Social Science Information*, vol.42, Nº3, 293-337.
- Friedman, J.; Weaver, C. (1979), *Territory and Function. The Evolution of Regional Planning*, Edward Arnold Publishing, London.
- Henriques, J. M. (1990), *Municípios e Desenvolvimento*, Editora Escher, Lisboa.
- IEBRIN (2011), *Regulamento da Incubadora de Empresas de Base Rural de Idanha-a-Nova*. Disponível em <http://www.cm-idanhanova.pt/conteudos/default.asp?ID=157&IDP=172&P=62>, acedido em 13 de Setembro de 2012.
- INE (2010), *Anuário Estatístico da Região Centro*, INE, Lisboa.
- INE (2012), *Estatísticas Territoriais*. Disponível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt), acedido em 13 de Setembro de 2012.
- Isard, W. (1975), *Introduction to Regional Science*, Prentice-Hall, New Jersey.
- Lopes, A. (1984), *Desenvolvimento Regional*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Marques, J. (2005), *As Incubadoras de Empresas com Ligações à Universidade e a Cooperação Universidade-Indústria: O Caso de Portugal*, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Myrdal, G. (1974), What is development? *Journal of Economic Issues*, Vol. VIII, Nº4, 729-736.
- Nelson, A. (1993), Theories of regional development, in, Bingham, R.; Mier, R. (eds), *Theories of Local Economic Development*, Sage Publications, London.
- Santos, D. (2005), Modelos de crescimento regional: a perspectiva territorialista, *Compêndio de Economia Regional*, Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, Coimbra.
- Simões, M. J. (Coord.), 2005, *Empresarialidade em Territórios de Baixa Densidade*, Nercab, Castelo Branco.